

## Educação contemporânea

REFLETIR SOBRE O QUE QUEREMOS PARA A EDUCAÇÃO é também uma oportunidade para estabelecermos um debate sobre qual educação o Brasil precisa para realizar o seu potencial de país emergente. A educação é uma questão prioritária para a realização desse potencial.

O nível educacional da população é um fator imprescindível para o desenvolvimento. Já sentimos hoje no Brasil a falta de mão de obra qualificada para suprir as demandas de expansão da economia. Mas os nossos jovens estão abandonando os estudos, pois a escola é vista por eles como desinteressante, sem conexão com o mundo real e com o mercado de trabalho.

A exigência de maior qualificação poderia ser respondida de imediato com a readequação do ensino médio e com a implementação de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes. Eles são, sem dúvida, da maior importância. Entretanto, a questão é bem mais complexa. Tivemos inúmeros avanços na melhoria da qualidade de vida da nossa população. A continuidade dessas políticas é de fundamental importância. Ainda estamos, porém, distantes de uma educação de qualidade para todos.

O Ministério da Educação é o responsável pela definição e pela indução de políticas. É nos Estados e municípios, entretanto, que a educação acontece. É necessário, portanto, que o governo federal costure um pacto com os entes federados. Para uma real mudança na qualidade da educação, dois pontos são prioritários para esse pacto e devem ser considerados de forma conjunta: novos parâmetros para a profissionalização docente e a definição de um currículo ou de metas de aprendizagem para o século 21.

Vivemos a transição para uma sociedade cujos eixos centrais são a diversidade, a justiça social, a democracia e a sustentabilidade. Em se tratando do ensino superior, temos hoje no Brasil 278 instituições públicas e 2.100 privadas, com um total de 6,5 milhões de alunos. A expansão ocorrida desde a última reforma universitária (1968) em pleno regime militar, é grande, pois nessa época havia menos de 1 (um) milhão de matrículas.

Tal reforma visava: implantação do vestibular unificado e classificatório; diferenciação entre cursos de graduação de longa e curta duração; campus fora da cidade; adoção do sistema de créditos e

matriculas por disciplina; criação dos departamentos e de uma carreira de magistério, extinguindo-se as Cátedras Vitalícias e implantando-se a pós-graduação (stricto-sensu – mestrado e doutorado).

O tempo passou e a universidade mudou, adotando um novo desenho das suas estruturas e de suas relações com a sociedade. Na década de 90 as universidades sofreram um processo de diversificação dos modelos institucionais, distinguindo-se faculdades isoladas, faculdades integradas, centros universitário e universidades com missões diferenciadas.

Em 1995/2002, o governo Fernando Henrique Cardoso deu as bases para o estabelecimento de diretrizes em relação à educação superior e a configuração sistêmica que se conhece hoje, baseadas as alterações dos diagnósticos da crise no setor: reduzido desempenho das necessidades públicas, alavancando-se o setor privado considerado mais vantajoso para a diversificação da educação superior e com menor custo para formar alunos. O estado se enfraquece e se redefine quanto ao controle (avaliação), à regulação (criação de instituições, abertura ao mercado de capitais) e ao financiamento (aos alunos).

Falar hoje em universidade significa se direcionar a uma parcela de alunos que estão em idade de frequentar cursos superiores. Para eles, os desafios se referem à escolha de carreiras prestigiosas, que garantam posição de status na estrutura das profissões ou colocação no mercado. Este movimento acompanha a universidade contemporânea, pois quanto mais se fala na implantação da educação, mais se acirraram as lutas entre categorias sociais para se apropriar desse espaço e transformá-lo segundo suas necessidades.

No contexto da cultura brasileira contemporânea, o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum predominante no seio da sociedade. Atribui-se a ele significativa participação na formação dos diversos profissionais e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país, sendo um poderoso mecanismo de ascensão social.

As funções da universidade brasileira não são pragmáticas. Ela precisa redescobrir como demonstrar isto uma vez que a produção de onhecimento e de futuros profissionais pode e deve seguir uma lógica de transformação do próprio imaginário, dos sonhos e utopias.